



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

PUBLICADO EM RESUMO NO DOE TCM DE 04/10/2019

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº **05360e19**

Exercício Financeiro de **2018**

Câmara Municipal de **NOVA REDENÇÃO**

Gestor: **Wherbiston dos Anjos Oliveira**

Relator **Cons. Subst. Antonio Emanuel**

PARECER PRÉVIO

Opina pela aprovação, porque regulares, porém com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de NOVA REDENÇÃO, relativas ao exercício financeiro de 2018.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, da Constituição Federal, art. 91, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso I da Lei Complementar nº 06/91, e levando em consideração, ainda, as colocações seguintes:

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

Processo TCM nº **05360e19**

Exercício Financeiro de **2018**

Câmara Municipal de **NOVA REDENÇÃO**

Gestor: **Wherbiston dos Anjos Oliveira**

Relator **Cons. Subst. Antonio Emanuel A. de Souza**

RELATÓRIO/VOTO

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas da **Câmara Municipal de NOVA REDENÇÃO**, exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. **Wherbiston dos Anjos Oliveira**, foi enviada eletronicamente a este Tribunal, através do e-TCM, pelo Presidente do Poder Legislativo, conforme estabelecido nas Resoluções nºs 1337/2015 e 1338/2015, autuado sob o nº 05360e19, no prazo estipulado no art. 7º da Resolução TCM nº 1060/05 e alterações.

As contas foram colocadas em disponibilidade pública no sítio oficial do e-TCM, no endereço eletrônico “<http://e-tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>”, em obediência às Constituições Federal (art. 31, § 3º) e Estadual (art.

63, § 1º, e art. 95, §2º) e à Lei Complementar nº 06/91 (arts. 53 e 54). Foi apresentado Ato do Poder Legislativo com indicação de que houve disponibilização das contas (Doc. 32).

A **Cientificação/Relatório Anual**, expedida com base nos Relatórios Mensais Complementares elaborados pela 12ª Inspeção Regional a que o Município está jurisdicionado e resultante do acompanhamento da execução orçamentária e patrimonial, bem como o **Pronunciamento Técnico** (PT.2018.000692) emitido após a análise técnica das Unidades da Diretoria de Controle Externo, estão disponíveis no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – **SIGA**.

Distribuído o processo por sorteio a esta Relatoria, o Gestor foi notificado (Edital nº 535, DO Eletrônico/TCM de 22/08/2019), manifestando-se, tempestivamente, com a anexação, na pasta intitulada “**Defesa à Notificação da UJ**” (docs. nºs 38/67), do processo eletrônico e-TCM e suas justificativas, acompanhadas da documentação probatória que entendeu pertinentes.

DO EXERCÍCIO ANTERIOR

A prestação de contas de 2017, de responsabilidade deste Gestor, foi aprovada com ressalvas, com aplicação de multa de **R\$ 1.500,00**.

DO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

A Lei Orçamentária nº 164/2017 consignou para o Poder Legislativo dotações de **R\$ 794.222,00**.

O Pronunciamento Técnico registra que constam dos autos da prestação de contas da Prefeitura, Decretos Executivos que abrem créditos adicionais para a Unidade Câmara Municipal, no valor de **R\$ 95.123,04** por anulações de dotações orçamentárias e **R\$ 1.500,00** por alterações de QDD, embora no Demonstrativo de Despesa de dezembro, tenham sido contabilizado **R\$ 129.450,53**, divergindo em **R\$ 32.827,49**.

O Gestor alegou em sua defesa que o valor correto referente a abertura de créditos adicionais foi de **R\$ 129.450,53**, mas que o Poder Executivo Municipal ao “*elaborar o Decreto de Suplementação do mês de dezembro demonstrou as adições no Decreto Financeiro nº 12-A (DOC. 01) e as anulações no Decreto*

Financeiro nº 12 (DOC. 02)”, o que gerou a divergência. Ressaltou que o crédito suplementar foi solicitado à Prefeitura por meio do Ofício n. 81/2018 (docs ns. 39 a 45 – pasta da defesa), esta informação foi ratificada na prestação de contas da Prefeitura Municipal de Nova Redenção, exercício de 2018.

Do exame das peças contábeis da Câmara e da Prefeitura não se verificou irregularidades na execução orçamentária.

DA ANÁLISE DOS BALANCETES

Os Demonstrativos Contábeis foram assinados pelo Contador Sr. Gerson Silva da Paixão, CRC nº BA-014474/O-6.

Os repasses a título de duodécimos transferidos no exercício, de acordo com o Demonstrativo da Receita de dezembro, foram de **R\$ 770.573,22**.

Os Demonstrativos de Ingressos e Desembolsos Extraorçamentários de dezembro/2018 registram para as consignações/retenções o montante de **R\$ 137.580,92**, não havendo assim obrigações a recolher.

As movimentações evidenciadas nos Demonstrativos de Despesa da Câmara foram corretamente consolidadas no Balanço Financeiro da Prefeitura.

Embora o Pronunciamento Técnico aponte a não apresentação do Termo de Conferência de Caixa, o referido documento encontra-se na pasta “Entrega da UJ” - Doc. nº 28, onde indica saldo de **R\$ 0,00** em 31/12/2018. Esse valor corresponde com o respectivo registro evidenciado no Balanço Patrimonial e nos extratos e conciliações. Ressalte-se que o mencionado termo foi assinado pelos membros da Comissão designada por ato do Presidente, em consonância com o art. 10, item 2, da Resolução TCM nº 1060/05, alterada pela Resolução TCM nº 1331/14.

A Câmara restituiu **R\$ 342,68** ao Município, conforme anexação, na pasta intitulada “**Entrega da UJ**” (docs. nºs 1, 11 e 12).

Cópias dos extratos bancários e respectivas conciliações, referentes a dezembro de 2018 e janeiro de 2019, foram encaminhadas, em cumprimento ao art. 10, item 4 da Resolução TCM nº 1060/05.

O Demonstrativo de Despesa da Câmara evidencia que as despesas empenhadas, liquidadas e pagas foram de **R\$ 770.230,54** não havendo Restos a Pagar inscritos de 2018.

O Inventário dos Bens Patrimoniais da Câmara totalizou ao final do exercício **R\$ 145.013,40**, considerando a depreciação de bens (**R\$ 2.959,46**), porém, diverge do registrado no Demonstrativo de Contas do Razão (**R\$ 152.036,47**).

O Gestor alegou que o valor correto para os bens móveis é de **R\$ 151.178,94**, considerando o saldo do exercício anterior (R\$ 154.138,40) e depreciação apurada no exercício (R\$ 2.956,46), como apontado no Demonstrativo de Bens Móveis e Imóveis apresentado na defesa anual (Doc. nº 48). Tal relatório, além de conter valores distintos do relatório que consta na prestação de contas (Docs. nºs 7 e 8 – Pasta Entrega da UJ) e não está assinado pelo chefe de patrimônio e o contador, diverge do registrado no Demonstrativo de Contas do Razão. As devidas correções dessas impropriedades no Inventário dos Bens Patrimoniais devem ser sanadas já no exercício de 2019.

Fica o Gestor advertido para o rigoroso cumprimento da Resolução TCM 1282/09.

DOS REGISTROS DA CIENTIFICAÇÃO/RELATÓRIO ANUAL

No exercício da fiscalização previsto no art. 70 da Constituição Federal, a 12ª Inspeção Regional de Controle Externo notificou mensalmente o Gestor sobre as falhas e irregularidades detectadas no exame da documentação mensal. As ocorrências não sanadas ou não satisfatoriamente esclarecidas estão consolidadas na Cientificação/Relatório Anual, dentre as quais se destacam:

- contratação direta por inexigibilidade sem comprovação dos requisitos exigidos na Lei nº 8.666/93 para essa modalidade, a exemplo da natureza singular do objeto, processo nº 002/2018INEX – serviços técnicos em administração pública, apoio ao controle interno e análise de prestação de contas de **R\$ 8.400,00** e processo nº 005/2018INEX – serviços técnicos em administração pública, apoio ao controle interno e análise de prestação de contas de **R\$ 25.200,00**. Na defesa anual o Gestor apresentou os mesmos argumentos feitos na prestação de contas mensal, no sentido de que as contratações atenderam

aos requisitos especificados na Lei nº 8.666/93 para contratação direta por inexigibilidade, sem apresentar qualquer fato novo demonstrando que os serviços são singulares, permanecendo a irregularidade apontada.

- ausência de inserção no SIGA de dispensa/inexigibilidades realizadas pela Câmara. Na defesa o Gestor apresentou cópia do processo de dispensa nº 010/2018 (Docs. nºs 64/65), o que não descaracteriza a irregularidade. Adverte-se ao Gestor para o rigoroso cumprimento do quanto determinado na Resolução TCM nº 1282/09 que trata da inserção de dados no sistema SIGA, sob pena de responsabilidade.
- Não apresentação à IRCE do contrato nº 018/2018 – manutenção de computadores de **R\$ 1.100,00**, para análise mensal, em descumprimento à Resolução TCM n. 1060/05. Apresentou na defesa anual cópia do citado contrato (Doc. nº 66/67) que, apesar de retirar a pendência quanto à ausência, não isenta o Gestor com relação à intempestividade na entrega.

DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Total da Despesa do Poder Legislativo – Art. 29-A da Constituição Federal.

Foi cumprido o limite de 7% estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, pois o total da despesa da Câmara, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, foi de **R\$ 770.230,54**, de acordo com o Demonstrativo da Despesa de dezembro, dentro do limite máximo de **R\$ 770.573,22**.

Despesa com folha de pagamento – Art. 29-A, § 1º da C. F.

Também foi cumprido o art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe que a Câmara Municipal não pode gastar mais de **70%** de sua receita com folha de pagamento, sendo gastos **R\$ 448.955,50** no exercício, incluindo os vencimentos dos servidores e subsídios dos Vereadores, equivalentes a **58,26%** dos recursos recebidos.

Subsídios dos agentes políticos

A Lei nº 141, de 03/10/2016, fixou os subsídios dos Vereadores, para a Legislatura 2017/2020, em **R\$ 5.064,50**, e o exame das

folhas de pagamento acostadas aos autos demonstra que os subsídios pagos obedeceram aos parâmetros estabelecidos na Lei, bem como atenderam aos limites determinados na Constituição Federal.

DAS EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Limite da Despesa com Pessoal

Foi cumprido o limite de 6% definido pelo art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/00, uma vez que a despesa realizada com pessoal foi de **R\$ 633.828,25**, correspondente a **3,34%** da Receita Corrente Líquida de **R\$ 18.986.852,47**.

Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Foram apresentados os Relatórios de Gestão Fiscal, correspondentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres, com a comprovação de suas publicações, em cumprimento ao art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 e 7º, da Resolução TCM nº 1.065/05.

Quanto à **transparência pública**, a área técnica deste Tribunal desenvolveu um procedimento para acompanhamento do cumprimento do art. 48-A, atinente à publicação das informações relativas à execução orçamentária e financeira do Poder Legislativo. Nesse sentido, após análise dos dados divulgados no Portal de Transparência da Câmara (www.camara.novaredenção.ba.io.org.br), foi atribuído índice de transparência de **1,67**, de uma escala de 0 a 10, sendo classificado como “**crítica**”.

ENQUADRAMENTO DO ÍNDICE	
CONCEITO	ESCALA
INEXISTENTE	0
CRÍTICA	0,1 a 1,99
PRECÁRIA	2 a 2,99
INSUFICIENTE	3 a 4,99
MODERADA	5 a 6,99
SUFICIENTE	7 a 8,99
DESEJADA	9 a 10

O Gestor informa que busca atender a lei de transparência no

portal da Câmara, mas que observará a recomendação “*no intuito de promover melhorias em nosso portal*”. Deve a Administração promover melhorias necessárias no portal de Transparência do Município, para o fiel cumprimento do art. 48-A da LRF.

RESOLUÇÕES TCM

Foram apresentados o **Relatório Anual de Controle Interno** de 2017 e a **Declaração de bens do Gestor**, em cumprimento ao art. 9º, item 33, e art. 11 da Resolução TCM n.º 1060/05.

MULTAS E RESSARCIMENTOS

O Sistema de Informações sobre Multas e Ressarcimentos deste Tribunal, registra a pendência de uma multa imputada ao Gestor destas contas, processo nº 04025e18 (**R\$ 1.500,00**), ressaltando que venceu em 05/01/2019. Consta da prestação de contas (Doc. nº 25 – pasta Entrega da UJ) comprovante de pagamento dessa obrigação, que deve ser remetido à 1ª DCE, para os devidos fins.

VOTO

Em face do exposto, com base no art. 40, inciso II, c/c o art. 42, da Lei Complementar nº 06/91, vota-se pela **aprovação, com ressalvas**, das contas da **Câmara Municipal de NOVA REDENÇÃO**, exercício financeiro de 2018, constantes do presente processo, de responsabilidade do **Sr. Wherbiston dos Anjos Oliveira**.

As conclusões consignadas nos Relatórios e Pronunciamentos técnicos submetidos à análise desta Relatoria registram as seguintes ressalvas:

- registros consignados no Relatório Anual, destacando-se contratação direta por inexigibilidade sem comprovação dos requisitos exigidos na Lei nº 8.666/93 para essa modalidade, a exemplo da natureza singular do objeto; intempestividade na remessa de documento à IRCE para análise mensal;
- descumprimento do art. 48-A da LRF, referente à divulgação no site da Câmara das informações referentes a receitas e despesas; e
- descumprimento das Resoluções TCM ns. 1282/09 e 1060/05.

Por esses motivos, aplica-se ao Gestor, com arrimo no art. 73, da mesma Lei Complementar, multa de **R\$ 1.500,00** (hum mil e quinhentos reais), lavrando-se para tanto a competente Deliberação de Imputação de Débito, nos termos regimentais, quantia esta que deverá ser quitada no prazo e condições estipulados nos seus arts. 72, 74 e 75.

Remeta-se à 1ª DCE, para os devidos fins, o comprovante de pagamento da multa de **R\$ 1.500,00**, processo nº 04025e18, vencida em 05/01/2019 (Doc. nº 25 – Pasta Entrega da UJ).

Registre-se, por oportuno, que o entendimento consolidado na jurisprudência dos egrégios Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral é no sentido de que o julgamento das contas dos Legislativos Municipais é de competência dos Tribunais de Contas, embora sob a denominação de Parecer Prévio. Prevalece, em qualquer hipótese, a exegese firmada pelas Cortes Superiores, traduzida inclusive na ADIN 849/MT, de 23 de setembro de 1999, de que, mesmo ocorrendo a aprovação política das contas, isto não exime o Gestor da Câmara da responsabilidade pela gestão orçamentário-financeira do Ente, cuja decisão definitiva é do Tribunal de Contas.

Ciência ao interessado.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 02 de outubro de 2019.

Cons. Raimundo Moreira
Presidente em exercício

Cons. Subst. Antonio Emanuel
Relator

Foi presente o Ministério Público de Contas
Procurador Geral do MPEC

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.